

Alínea 2 «Géneros alimentícios ...» .....	1 838 275\$00
Alínea 3 «Artigos de fardamento ...» .....	322 237\$50

Artigo 206.º «Conservação e aproveitamento de bens», n.º 3 «Outros bens», alínea 3 «Armas e outro equipamento ...» .....	143 447\$50
	<b>2 885 624\$80</b>

**Ministério das Obras Públicas**

Capítulo 21.º «Direcção-Geral das Construções Hospitalares»:

**Hospitais regionais**

Artigo 425.º «Investimentos», n.º 2 «Edifícios» .....	( <sup>37</sup> ) 3 836 000\$00
---	---------------------------------

Capítulo 28.º «Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização»:

**Levantamentos topográficos e planos de urbanização**

(Decreto-Lei n.º 560/71, de 17 de Dezembro)

**Despesas correntes:**

Artigo 544.º-A «Transferências — Sector público»:

N.º 1 «Autarquias locais» .....	( <sup>34</sup> ) 151 863\$00
	<b>3 987 863\$00</b>

**Ministério da Educação Nacional**

Capítulo 5.º «Direcção-Geral do Ensino Superior»:

**Instrução artística****Conservatório de Música do Porto**Artigo 661.º «Outras despesas correntes» (<sup>35</sup>) 1 500 000\$00**Ministério das Comunicações**

Capítulo 9.º «Contas de ordem»:

Artigo 258.º «Aeroporto de Lisboa» ...	40 000 000\$00
	<b>150 501 737\$80</b>

Art. 2.º Para compensação dos créditos designados no artigo anterior são efectuadas as seguintes alterações ao Orçamento Geral do Estado em execução, representativas de aumentos de previsão das seguintes receitas:

**Orçamento das receitas do Estado**

Capítulo 5.º, grupo 1, artigo 88.º «Serviços autónomos e empresas públicas» .....	428 250\$00
Capítulo 5.º, grupo 1, artigo 90.º «Autarquias locais» .....	1 500 000\$00
Capítulo 5.º, grupo 1, artigo 92.º-A «Reembolso pelo Fundo de Desemprego das participações para elaboração de planos gerais de urbanização previstos no Decreto-Lei n.º 560/71, de 17 de Dezembro» .....	151 863\$00
Capítulo 7.º, grupo 8, artigo 116.º «Serviços diversos» .....	3 836 000\$00
Capítulo 14.º, artigo 165.º «Reposições não abatidas nos pagamentos» .....	2 885 624\$80
Capítulo 15.º, artigo 166.º «Fundo do Cinema Nacional» .....	15 000 000\$00
Capítulo 15.º, artigo 167.º «Fundo do Teatro» .....	3 700 000\$00
Capítulo 15.º, artigo 168.º «Fundo de Turismo» .....	75 000 000\$00
Capítulo 15.º, artigo 171.º «Serviços tutelares de menores» .....	5 000 000\$00

Capítulo 15.º, artigo 172.º «Federação Nacional das Instituições de Protecção à Infância» .....	3 000 000\$00
Capítulo 15.º, artigo 190.º «Aeroporto de Lisboa» .....	40 000 000\$00
	<b>150 501 737\$80</b>

Art. 3.º São autorizadas as seguintes alterações de rubrica nos orçamentos:

**Das receitas do Estado**

A rubrica descrita no capítulo 15.º, artigo 166.º «Fundo do Cinema Nacional», é alterada para:

Instituto Português de Cinema.

**De Encargos Gerais da Nação**

A rubrica descrita no capítulo 12.º, artigo 505.º «Fundo do Cinema Nacional», é alterada para:

Instituto Português de Cinema.

**Do Ministério da Justiça**

A observação (<sup>12</sup>) aposta à dotação do capítulo 4.º, artigo 250.º, n.º 2, é alterada para:

Sujeita a reembolso a quantia de 570 000\$ ...

A observação (<sup>12</sup>) aposta à dotação do capítulo 4.º, artigo 398.º, n.º 3, é alterada para:

Sujeita a reembolso a quantia de 378 250\$ ...

**Do Ministério das Obras Públicas**

A dotação do capítulo 21.º, artigo 425.º, n.º 2, é aposta a seguinte observação:

(<sup>37</sup>) Inclui 3 836 000\$ para a central de vapor do Centro de Reabilitação e Ortopedia do Hospital Distrital de Braga, a suportar pela Santa Casa da Misericórdia de Braga.

**Do Ministério da Educação Nacional**

A dotação do capítulo 5.º, artigo 661.º, é aposta a seguinte observação:

(<sup>35</sup>) 1 500 000\$ estão sujeitos a duplo cabimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 519/72, de 14 de Dezembro.

*Marcello Caetano — João Mota Pereira de Campos — Mário Júlio Brito de Almeida Costa — Manuel Artur Cotta Agostinho Dias — Manuel Pereira Crespo — Rui Alves da Silva Sanches — José Veiga Simão.*

Promulgado em 13 de Setembro de 1973.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA****SECRETARIA DE ESTADO DO COMÉRCIO****Comissão de Coordenação Económica****Decreto-Lei n.º 469/73**

de 20 de Setembro

Pelo Decreto-Lei n.º 30 517, de 18 de Junho de 1940, a Junta Nacional do Vinho estendeu a sua acção à região vinícola da Madeira, através da criação de uma delegação no Funchal, à qual, porém, foi atri-

buída autonomia financeira, com receitas e despesas próprias, independentes das da Junta no continente.

A experiência demonstrou, todavia, que tal sistema tem inconvenientes, pois não permite que a delegação exerça cabalmente as suas funções, dada a insuficiência das receitas arrecadadas.

Por outro lado, com a criação da Administração-Geral do Alcool e a extensão da sua competência à Madeira, parte das atribuições que têm sido da delegação deixaram de lhe pertencer, assim como, naturalmente, deixarão de lhe caber as receitas relativas aos produtos e às funções transferidas.

Em contrapartida, a delegação da Junta ficou mais livre para desempenhar as atribuições específicas do organismo, devendo passar a exercer uma mais ampla disciplina sobre as actividades ligadas à produção, fabrico e comercialização do vinho da Madeira.

Com esse objectivo, impõe-se assegurar à delegação os meios convenientes, quer pela extensão à região vinícola da Madeira, na parte aplicável do disposto nos diplomas em vigor no continente, quer pela possibilidade de a Junta participar nas despesas a efectuar.

Com vista a não onerar demasiadamente os vinhos e derivados da região vinícola da Madeira, considerando as especiais circunstâncias da sua produção, mantêm-se, contudo, estes isentos da taxa a que se referem os Decretos-Leis n.ºs 47 470 e 48 032, respectivamente de 31 de Dezembro de 1966 e 10 de Novembro de 1967.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Compete à Junta Nacional do Vinho, através da sua delegação na Madeira, a disciplina das actividades ligadas à produção e ao comércio interno e externo do vinho da Madeira, bem como de outros produtos vînicos produzidos ou consumidos no arquipélago da Madeira.

Art. 2.º — 1. As análises dos produtos vînicos que se mostrem necessárias para os fins a que se refere o n.º 1 do artigo antecedente poderão ser efectuadas nos laboratórios da Junta Nacional do Vinho ou na Estação Agrária do Funchal.

2. Os boletins ou certificados de análise e outros documentos emanados dos laboratórios indicados no número anterior, para os efeitos no mesmo previstos, têm carácter oficial.

Art. 3.º — 1. A região vinícola da Madeira é aplicável o disposto nos Decretos-Leis n.ºs 26 317, 40 037, 43 550 e 47 966, respectivamente de 30 de Janeiro de 1936, 18 de Janeiro de 1955, 21 de Março de 1961 e 27 de Setembro de 1967, bem como nos diplomas complementares destes decretos-leis.

2. Nos anos em que as receitas da delegação da Junta Nacional do Vinho na Madeira não forem suficientes para fazer face às despesas, a Junta poderá cobrir os saldos negativos com a necessária participação e nos anos em que houver saldos positivos reverterão os mesmos para a Junta até ao limite das comparticipações entregues nos termos indicados.

Art. 4.º As dúvidas na execução deste diploma serão resolvidas, consoante a natureza dos casos, em portarias do Ministro das Finanças ou do Secretário de Estado do Comércio.

Art. 5.º Ficam revogados o artigo 22.º do Decreto n.º 16 084, de 29 de Outubro de 1928, bem como o artigo 4.º e os n.ºs 1.º e 2.º e §§ 1.º, 2.º e 3.º do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 30 517, de 18 de Junho de 1940.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. — *Marcello Caetano — Manuel Artur Cotta Agostinho Dias.*

Promulgado em 12 de Setembro de 1973.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.



## MINISTÉRIO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA

Gabinete do Ministro

### Decreto n.º 470/73

de 20 de Setembro

Reconhecendo-se a necessidade de facultar o acesso ao curso de enfermagem geral a candidatos com idade inferior àquela que actualmente está fixada, genericamente, para acesso às escolas de enfermagem;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. A alínea a) do artigo 10.º do Decreto n.º 38 885, de 28 de Agosto de 1952, com a forma dada pelo Decreto n.º 46 448, de 20 de Julho de 1965, e alterada pelo Decreto n.º 256/71, de 15 de Junho, passa a ter a seguinte redacção:

Art. 10.º .....

a) Idade não inferior a 16 anos, no caso de admissão ao curso de enfermagem geral, ou não inferior a 17, no caso dos restantes cursos.

*Marcello Caetano — Baltasar Leite Rebelo de Sousa.*

Promulgado em 29 de Agosto de 1973.

Publique-se.

O Presidente da República, AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ.